

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**O um e o múltiplo cadastro: alguma reflexão sobre o
CadÚnico para programas sociais**

DANIEL RAMOS

SÃO CARLOS

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**O um e o múltiplo cadastro: alguma reflexão sobre o
CadÚnico para programas sociais**

DANIEL RAMOS

Monografia apresentada para a conclusão
do curso de Ciências Sociais ao
Departamento de Sociologia, da
Universidade Federal de São Carlos,
orientado pelo Prof. Dr. Gabriel de Santis
Feltran.

SÃO CARLOS

2012

Leo, essa é sua moleque!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPITULO I – O CADUNICO ENQUANTO ACALMADOR	10
O MANUAL DO ENTREVISTADOR	13
CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFÍCIOS.....	19
CAPITULO II – O COTIDIANO DO CADASTRO.....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34

É incontável, inaceitável, implacável, inevitável ver o lado miserável. Se sujeitando com migalhas, favores. Se esquivando entre noite de medo e horrores. – Edy Rock

Então, camaradas, qual é a natureza desta nossa vida? Enfrentemos a realidade: nossa vida é miserável, trabalhosa e curta. Nascemos, recebemos o mínimo alimento necessário para continuar respirando, e os que podem trabalhar são exigidos até a última parcela de suas forças; no instante em que nossa utilidade acaba, trucidam-nos com hedionda crueldade - George Orwell

Dois axiomas, com efeito, parecem guiar a marcha da sociedade ocidental, desde a sua aurora: o primeiro estabelece que a verdadeira sociedade se desenvolve sob a sombra protetora do Estado; o segundo enuncia um imperativo categórico: é necessário trabalhar – Pierre Clastres

Introdução:

A intenção desta monografia é analisar o Cadastro Único para Programas Sociais, do governo federal, de um modo em que seja possível refletir a cerca de algumas práticas do Estado em relação à gestão da pobreza. O ponto de partida, para a construção deste texto, é a prática de entrevistador do referido cadastro, enquanto estagiário na Secretaria Municipal de Assistência Social do município de uma cidade média do interior do estado de São Paulo.

De início, o modo positivo como as pessoas tratavam o Estado, os inúmeros agradecimentos e o deliberado e minucioso fornecimento de informações necessárias para realizar o cadastro me saltaram aos olhos, talvez, este tenha sido o primeiro momento reflexivo proporcionado pela experiência de *entrevistador* do cadastro. Em relação às informações, elas variam – como veremos adiante – entre qual o tipo de piso existente nas casas, passando por gastos mensais, se há membros da família em instituições de internação, escolaridade, gastos com saúde, se já residiu em outros municípios ou terminou algum casamento. E mais uma infinidade de informações que podem ser obtidas por meios destes dados, quando observados com a devida atenção.

O efeito desejado pelo estado, é a existência de um banco de dados bastante relevante e que seja capaz de proporcionar melhores – do ponto de vista da gestão - políticas de gestão da população pobre. Apenas para exemplificar o argumento anterior, no município em questão, existem pouco mais de 10 mil famílias com todos os seus membros cadastrados e aproximadamente 6 mil recebendo os benefícios do governo federal.

O modo como tais dados são tratados com olhar de preciosidade pela rede de assistência social notado cotidianamente por mim. Tanto pelas conversas nas quais, volta e meia, assistentes sociais e membros da secretaria de assistência social reafirmam a relevância de tais informações, quanto pelo contato rotineiro com membros de outras secretarias. Que constantemente requisitam perfis de pessoas, via telefone, para os mais diversos fins de fiscalização quanto à validade dos cadastros a inclusão de pessoas em programas sociais que são de responsabilidade de outras secretárias.

Percebi também, por conta deste ano ser “ano eleitoral”, uma mudança no comportamento em relação à própria segurança dos dados, houve claramente uma mudança nas formas de regulação de entrada e saída de funcionários e não funcionários de outra divisão da Secretária de circularem na sala onde se localizam os computadores com os bancos de dados obtidos por meio do cadastro. A ordem é simples e direta, ninguém entra, ninguém usa xerox, ou coloca pen-drive nestes computadores pois, “obtendo esses dados, qualquer um pode se eleger aqui”, disseram.

Como foi dito no primeiro parágrafo deste texto, esta reflexão é fruto e parte constituinte de minha experiência de funcionário da rede de atendimento a população que se enquadra naquilo que o estado diz que é a pobreza. Portanto, esse texto, pelo

menos em uma de suas partes, se caracterizará por ser fruto de uma *participação observante*¹, uma vez que sou pesquisador e entrevistador ao mesmo tempo e no mesmo espaço. Uma atividade é exercida concomitantemente a outra, com constantes pontos de contato entre estas duas posições, simultaneamente, uma informando e conformando a atuação da outra. Esse entrecruzamento de posições é, certamente, uma das partes fundamentais deste trabalho.

O que garante a esta monografia a existência de, pelo menos, duas perspectivas “autorais”, que pelo fato de serem duas, implicam em algum tipo de diferenciação em relação ao tipo de reflexão que se faz, levando em consideração os diferentes pontos de partida, trajetos, e caminhos que o pensamento percorre em uma dessas posições, na outra e em ambas. Em alguns momentos, principalmente nos mais descritivos em relação ao funcionamento do CadÚnico, será mais evidente a perspectiva da gestão, para que no momento seguinte o potencial analítico do material em questão seja explorado.

Tratando agora da organização desta monografia, ela possuirá dois capítulos que ao mesmo tempo em que estarão levantando questões de ordens distintas que quando olhadas de perto estão intimamente conectadas. O primeiro capítulo versará sobre o dispositivo de atendimento à população de baixa renda. Discutindo brevemente a implementação do SUAS (Sistema Unificado de Assistência Social) e concomitante a isso do CadÚnico (Cadastro Único) e um pouco do contexto e do histórico nos quais estas medidas gestonárias estão sendo pensadas e aplicadas. Quais são os tipos de população que este cadastro define, e como ele sugere que esta população deva ser tratada.

Já o segundo capítulo será constituído pela descrição do cotidiano do Cadastro Único, como ele é operado, testado, distendido, manipulado, enfim, o jeito como ele “ganha vida”. Por meio da reconstrução de algumas cenas específicas, nas quais saltam mais facilmente aos olhos recorrências que passam despercebidas no dia a dia. Nesta seção, o esforço é construir a reflexão sobre o cadastro com base em material etnográfico é neste ponto que será tratado aquilo que estou chamando de *participação observante*.

¹ Gostaria de deixar claro que não estou fazendo referência ao modo como Wacquant emprega este termo, tanto por incapacidade de precisar o que de fato está colocado nesta expressão quanto pelo pouco conhecimento de minha parte, a cerca da definição colocada pelo autor em questão.

O que nos leva a uma reflexão sobre a construção de um entrevistador, por meio de manuais, teleconferências, aulas e as praticas cotidianas. Nesta seção nos deteremos em algumas especificidades sugeridas pelo próprio material didático a ser analisado. Para exemplificar, alguns grupos populacionais, como indígenas, quilombolas e pessoas em situação de rua possuem manuais e cursos de formação específicos promovidos pelo Estado. O que leva a uma pergunta: De que maneira esses grupos são enxergados de modo diferente do usuário “normal”? Como se configura no treinamento esta diferença? E uma serie de questões adjacentes possíveis.

A divisão por capítulos também se dá por conta da existência de duas ideias que são centrais para a compreensão de cada um e dos dois capítulos, são duas hipóteses contraditórias e ao mesmo tempo complementares. A primeira relativa à metade inicial do texto é a de que o estado é um *acalmador de otários*², sendo todos os benefícios que serão apresentados algum tipo de ferramenta capaz de conduzir à população ao caminho da normalidade, da regra, e do respeito aquilo que é tido como o modo mais correto e recorrente de se viver, e é claro, reduzindo os conflitos entre aqueles que tem, e aqueles que não tem.

A segunda metade, nos mostra que os *otários* não são exatamente otários. Veremos por meio das ideias levantadas pela etnografia os modos pelos quais as pessoas se apropriam dos discursos e aparatos estatais estrategicamente a seu favor no cotidiano. Existe mesmo essa situação do “otário acalmado” no cotidiano?

Outro ponto crucial para a divisão do texto é o de que no primeiro capítulo, trabalho com uma noção de estado definida, ou até mesmo, moldada por uma reflexão interna ao debate acadêmico. Fruto do contato com a bibliografia que define em termos próprios o que vem a ser estado. No segundo capítulo vemos os *clientes*³ que não trabalham com esta ideia de ser contra estado ou a favor dele. Estado este que não se constitui enquanto um monstro que não para de se expandir, e sim como aquele que garante o mínimo à sobrevivência daqueles sujeitos e obviamente, ao dar estas garantias, exige suas contrapartidas nas vidas das pessoas em questão.

² Ver (GOFFMAN, 2010), o argumento será melhor trabalhado na sequencia do texto.

³ Comum entre os funcionários de chamar a secretaria de *lojinha* e a população atendida de *clientes*.

Aqui, do ponto de vista dos *clientes*, creio que o estado não seja weberiano, ou que seja fruto de uma microfísica do poder, ou reflexo da luta de classes, nem tampouco que as pessoas estejam lutando contra o surgimento de um poder centralizado. As questões trabalhadas a partir desta perspectiva, certamente se relacionam com estas outras, porém não são constituídas de maneira semelhante.

Apesar do parágrafo acima, e o fato de que muitas vezes as discussões que permeiam o “universo” acadêmico podem parecer que são feitas, exclusivamente para acadêmicos, preocupados com questões internas a academia. E além do mais, que a relevância deste tipo de trabalho se enquadra apenas dentro deste “universo”. A própria existência de grupos tratados de acordo com suas peculiaridades dentro do cadastro único é fruto, não apenas, de lutas de movimentos sociais e do trabalho de pesquisadores, junto com estes grupos ou sobre eles. Demonstrando que se é que este “universo” acadêmico existe, ele não está isolado.

CAPITULO I

O argumento deste capítulo é o de que o sistema de assistência social como um todo, e aqui no caso o Cadastro Único atuam como um dispositivo⁴ e por meio dos agenciamentos deste dispositivo criam efeitos sobre a população e as ações da população no referido dispositivo. Pensando as instituições, as práticas, as pessoas que atendem ou as pessoas que são atendidas pela rede de assistência social, por políticas de transferência de renda somos levados a nos indagar se estas políticas não são apenas atenuantes em relação a situação de pobreza.

De acordo com (ALMEIDA, D’ANDREA e DE LUCCA, 2008), estas políticas de redistribuição de renda, fazem dois movimentos contrários ao mesmo tempo, reduzir e reproduzir a pobreza “A nossa hipótese é que estes dois vetores com sentidos contrários estão articulados em um mesmo processo social, cuja resultante é o equacionamento entre atenuar e reproduzir” (p.110-111).

⁴ Vêr Foucault(2001)

Dando continuidade ao raciocínio dos dois parágrafos anteriores, gostaria de chamar atenção para a argumentação presente no texto “Acalmando o Otário, alguns aspectos da adaptação à falha” de Erving Goffman (2009 [1952]). No qual está tratando sobre atividades ilegais e os modos como tais atividades se operacionalizam. De acordo com o texto:

“Na gíria do mundo do crime, o termo “otário” refere-se ao indivíduo que é uma vítima ou futura vítima de certas formas de exploração ilegal planejada. O otário é o ingênuo, a pessoa a ser enganada. Uma instância operativa de qualquer golpe específico, considerado no ciclo de suas etapas ou fases, é normalmente chamada de uma “jogada”. As pessoas que operam o golpe e “pegam” o otário são ocasionalmente chamadas de operadores.”

E sempre que ocorrem estas situações nas quais o “conto do vigário” é aplicado, após a aplicação do golpe aparecem as figuras “acalmadoras” dos “otários” em questão. E há todo um processo para fazer com que aquela figura que sofreu ou sofre algum tipo de perda seja consolada, nas palavras do autor, “um dos operadores fica com o otário e faz um esforço para manter a raiva do otário em um grau controlável. O operador segura a barra de seus colegas com o potencial; poderíamos chamar o operador de acalmador, o qual exercita a arte da consolação sobre o otário.” (p.196). E segue dizendo que o papel do acalmador é fazer com que o otário volte para sua casa em silêncio e conformado com a situação à qual se encontra.

Aqui tento explicar de modo sucinto a analogia que está sendo feita, o estado funciona como se fosse o operador, a população cuidadosamente gerida via rede de assistência social funciona como o otário em questão. E enfim, a rede de assistência social como a instância responsável por acalmar as a população e fazer com que ela siga sua rotina de acordo com aquilo que a gestão entende que seja a melhor forma: Sem conflitos explícitos.

Porém, em um dado momento do texto após refletir sobre as mais diversas situações nas quais o “modelo” situacional pode ser aplicado, o autor coloca “Surge, agora, a questão: o que acontece se o otário se recusa a ser acalmado?” (P.205). Em outros termos, o que fazer quando os mecanismos estatais, por eles mesmos, estão produzindo sujeitos - “marginais”, “desajustados”, “drogados”, “moradores de rua”- que

não “servem” para serem acalmados? Ou melhor, quando a própria instância⁵ acalmadora atua como catalisadora de processos “desacalmadores”? Ou quando simplesmente os “otários” não são ou não querem ser “acalmados”?

Algumas respostas são possíveis para estas perguntas uma delas é a colocada na argumentação abaixo, na qual o autor expõe o modo como os “desviantes”, os “outsiders” são significados correntemente:

Os grupos que ocupam as margens não seriam vistos como insuficientemente inseridos nas formas de organização do Estado, mas, sim, como parte relacional da construção deste. Assim, esses grupos não são pensados a partir da grade analítica da lei e da sua transgressão, ou de sua divergência frente ao quadro do ordenamento moral-social, mas da constituição contínua, concreta e cotidiana desse ordenamento, de forma a pensar as suas articulações. (HIRATA, 2010: 86).

Apresento agora, outro modo de pensar a respeito das questões levantadas anteriormente, retomo a diferenciação entre *polícia* (gestão) e *política* (perturbação do sensível) discutida por RANCIÈRE (1996). Sendo que para haver política, nos termos colocados pelo autor, é necessário que haja dissenso, e é por meio de uma perturbação do sensível que este dissenso se apresenta. O mundo sensível se caracteriza por ao mesmo tempo em que partilha, é partilhado por todos. Nos termos do autor, “Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas.” (RANCIÈRE, 2005:15) e segue ainda na mesma pagina, “Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nesta partilha.”.

E é por meio da perturbação da ordem do sensível - dissenso - que se pode pensar em política. “Assim, o dissenso, antes de ser a oposição entre um governo e as pessoas que o contestam, é um conflito sobre a própria configuração do sensível.” (RANCIÈRE, p.373, 1996). E segue comentando sobre o que considera ser política

⁵ Aqui faço clara referencia as políticas de encarceramento em massa e o fortalecimento do PCC, ver BIONDI

“antes de ser um conflito de classes ou de partidos, a política é um conflito sobre a configuração do mundo sensível na qual podem aparecer atores e objetos desses conflitos”.

O que está em jogo, então, não são as regras que orientam este jogo em questão e sim o próprio jogo. Em outras palavras, nesta relação entre os que possuem e os que não possuem, os que mandam e os que obedecem, os que são a norma e o que são o desvio. A forma como o estado vai promover gestão é uma questão que diz respeito à própria gestão e, portanto, ao próprio estado. Aos que estão fora (da gestão) resta buscar outras formas de organização dissensuais para que, de acordo com o argumento aqui apresentado, estejam agindo politicamente.

Afinal, a gestão é “apenas” um meio pelo qual o conflito é gerido, não é a gestão que gera conflito, ela é alguma das possíveis consequências prévias a ela “o Estado, dizem, é o instrumento que permite à classe dominante exercer sua dominação violenta sobre as classes dominadas. Que seja. Para que haja o aparecimento do Estado, é necessário pois, que exista antes divisão em classes sociais antagônicas ligadas entre si por relação de exploração.” (CLASTRES, p. 220-21, 2003).

O MANUAL DO ENTREVISTADOR⁶

Daqui, até o final do capítulo, irei apresentar o manual do entrevistador, suas características e o modo como é constituído. Além disso, apresentarei os principais benefícios sociais que estão relacionados ao cadastro único, na secretaria na qual fiz realizei a pesquisa. Tentei resumir da melhor forma possível as apresentações, mas a parte que segue no texto ainda assim é um tanto quanto burocrática e necessária.

Logo de início, uma mensagem “motivacional” ao futuro entrevistador, para que ele tome consciência da importância do cadastro, e da sua função. Pois como diria um de meus companheiros, *é preciso que o governo saiba quais são as causas, pra atacar direto na ferida*. Ou de acordo com o próprio material, o CadÚnico “é uma ponte que facilita o acesso de cada pessoa cadastrada a políticas públicas”. Sempre ressaltando que a principal importância do trabalho de *entrevistador* é de suma importância para as

⁶ É parte do material elaborado pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania.

famílias entrevistadas e, portanto, esta atividade deve ser desempenhada da melhor maneira possível, com padronização e o máximo de atenção.

Criado em 2001, o cadastro se constitui como um instrumento de identificação e caracterização das famílias brasileiras de baixa renda, ou seja, aquelas que possuem como remuneração até meio salário mínimo por pessoa ao mês. As informações contidas neste cadastro são compartilhadas pelas esferas municipal, estadual e federal. Os municípios são os principais responsáveis pelo cadastramento e manutenção dos cadastros. O processo de cadastramento se dá por meio de quatro etapas, a identificação do público alvo a ser cadastrado; entrevista e coleta de dados; inclusão de dados no sistema do CadÚnico; manutenção constante das informações constantes na base do CadÚnico. Os cadastros tem validade de 24 meses, sendo que existe a recomendação de atualização a cada 12 meses, ou quando há qualquer tipo de reconfiguração da família.

Para que a entrevista seja feita, são necessárias algumas definições fundamentais para a operacionalização do sistema. Sendo assim, de acordo com o manual, **família** se constitui como “unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por ela, todas moradoras de um mesmo domicílio” (P.13). Em outros termos, a noção de família definida pelo estado esta relacionada a critérios estritamente econômicos, deixando de lado noções de consanguinidade ou afinidade entre os membros componentes. Ocupar o mesmo espaço e dividir os mesmos custos implica ser uma família.

O **Responsável pela Unidade Familiar (RF)**, deve ser um dos membros da família, morador do domicílio, com idade mínima de 16 anos, a recomendação é de que seja mulher⁷. Em campo, algumas vezes atendi meninas que ansiosamente, com os filhos no colo e já solteiras, tinham recém completado a idade mínima para poderem ser cadastradas.

Morador é aquele que ocupa a casa no momento da entrevista e a tem como residência habitual, ou está em hospital, casa de saúde, asilo ou algum outro estabelecimento similar por um período menor do que 12 meses.

⁷ No capítulo seguinte discutiremos algumas das consequências desta configuração, sob uma perspectiva de movimentos feministas.

De acordo com o manual, o ideal é as entrevistas serem realizadas nas casas das pessoas, mas por questões técnicas e financeiras, opta-se para que as pessoas se dirijam até a secretaria para serem cadastradas. Por ser auto-declaratório, a não realização *in loco* das entrevistas não decorre em problemas. Apesar disso, nos manuais e cotidianamente é preciso tomar cuidado pra não ser enganado, dizem, *tem gente que chega aqui com smart-fone e quer pedir benefício? Ou então, eu já logo desconfio que com uma conta de luz, nesse valor essa família não deve ser merecedora do bolsa.*

Falas como as apresentadas acima, e a própria existência de benefícios que supostamente garantem o “mínimo”. Ou até mesmo a empoderada posição de entrevistador que pode, ao digitar determinadas informações no cadastro influir diretamente na concessão ou não de benefícios, de acordo com seu arbitrário julgamento. Levam-me à reflexão sobre o que pode ser considerado o “mínimo”? Cabe a quem dizer o que é este mínimo, e o que realmente é necessário para se viver?

O que pode nos encaminhar para uma discussão foucaultiana a cerca do biopoder, da criação e gestão de populações por meio de dispositivos, de ações de governo, e da famigerada governamentalidade.⁸ Por outro lado, podemos colocar questionamentos semelhantes aos de Antonio Candido, que de um modo mais simples, reflete por meio desta questão, sobre o que vem a ser o humano e junto a isso, os direitos humanos. Ou de achar que alguns humanos são mais humanos do que outros:

Nesse ponto as pessoas são frequentemente vitimas de uma curiosa obnubilação. Elas afirmam que o próximo tem direito, sem dúvida, a certos bens fundamentais, como casa, comida, instrução, saúde, coisas que ninguém bem formado admite hoje em dia que sejam privilégio de minorias, como são no Brasil. Mas será que pensam que o seu semelhante pobre teria direito a ler Dostoiévski ou ouvir os quartetos de Beethoven ? (CANDIDO, P.142)

Não quero afirmar que ouvir esta ou aquela música, ler este ou aquele livro torne estas pessoas melhores ou piores. O ponto em questão é como se dá o acesso e a

⁸ Foucault - completar

distribuição destes bens de consumo. Pois como diz Bourdieu⁹, hábitos de consumo podem ser marcas distintivas, em relação a posições sociais e modos de vida peculiares.

A coleta dos dados das famílias pode ser efetivada de três maneiras, por meio da visita do entrevistador à residência da família, pelo deslocamento da família até o local de cadastramento, ou por meio de uma ação da gestão municipal do cadastro que realiza algum evento e exige que as famílias compareçam. Durante alguns anos, o cadastramento da população ocorria nos CRAS (Centro de Referência e Assistência Social), de acordo com os bairros com os quais elas moravam. Porém, por conta de uma maior demanda em alguns destes postos, e também por questões técnicas todos os entrevistadores foram convocados para trabalhar na sede da própria secretaria.

Como ponto positivo, ocorreu uma maior agilidade no processo de cadastramento, pois em alguns CRAS (Centro de Referência De Assistência Social) o questionário era feito com os cadernos de papel e posteriormente eram inseridos no sistema on-line. Porém, para algumas famílias tornou-se dificultoso o acesso ao local de cadastramento, que por ser no centro da cidade exige que seja necessário algum meio de transporte ou ônibus para chegar até o local. Fazendo com que em algumas vezes as pessoas pedissem passes de ônibus para poderem retornar a suas casas sem ter que fazer o trajeto do mesmo modo como fez na vinda, caminhando.

A seguir, algumas das orientações gerais que regulam a ação dos entrevistadores. Que devem copiar os documentos, e não apenas ouvir os dados contidos neles, apesar de que na maior parte das vezes as pessoas não sabem de cabeça os seus respectivos números. Estar sempre atento aos nomes das unidades de saúde e escolas frequentadas pelos moradores, pois na maioria das vezes as escolas e postos de saúde são muitas vezes conhecidos apenas por seus apelidos, ou siglas iniciais que são iguais em diversas escolas que compõem o município.

Para tanto, ficam disponíveis listas com os nomes destas instituições. Assim como, há listas também de comunidades quilombolas e etnias indígenas, respectivamente a estas informações os dados sobre a localização geográfica dos referidos grupos.

⁹ Bourdieu - completar

Ainda sobre a questão dos documentos, para o cadastramento do responsável familiar, é necessário que possua o CPF ou o título de eleitor disponíveis e com a situação destes documentos atualizada nos respectivos órgãos competentes. Digo isso, pois o fato do cadastro ser permanente faz com que seja muito comum que as mulheres acrescentem sobrenomes de ex-maridos e após a separação não regularizam esta situação perante a receita federal. Pois para o governo federal, é este o documento válido. Diversas vezes de posse apenas do RG que consta o nome de antes do casamento e da separação, as mulheres demonstravam certa raiva e desconforto ao terem que utilizar os sobrenomes de ex-maridos para a aquisição/manutenção de seus benefícios.

Não raras às vezes, a mesma pessoa possuía vários nomes distintos, no RG (Registro Geral), no CPF (Comprovante de Pessoa Física), e nas certidões de nascimento dos filhos que podem ser de pais diferentes e, portanto, em certidões diferentes aparecem nomes diferentes para a mesma pessoa. Porém ao final deste “ciclo” a tendência é que se retorne ao nome que foi recebido dos pais, ao nascimento. Para os outros membros da família basta qualquer documento que a pessoa tenha em mãos para ser acrescentado ao cadastro. Exceção feita aos responsáveis familiares indígenas ou quilombolas que podem ser cadastrado sem que possuam qualquer tipo de documento, por exemplo, o RANI (Certidão Administrativa de Nascimento Indígena), documento específico para indivíduos de origem indígena. Ressaltando que a despeito de possuir tal documento, qualquer individuo possui o direito de se declarar quilombola ou indígena por direito.

Passarei rapidamente pelos pontos que aparecem no questionário, de modo a deixar um pouco mais claro a amplitude de seu escopo de informações. O questionário principal é composto por 10 blocos. O primeiro, *identificação e controle*, é onde se define o endereço do entrevistado, a data da entrevista e quem é o entrevistador. O Segundo, *características do domicílio*, apresenta perguntas sobre os materiais dos quais a casa é construída, como é composto este domicílio, se possui relógios de água e luz, encanamento, etc. O terceiro, *família*, é questiona sobre quantos membros residem na casa, quanto é gasto com despesas¹⁰ e os locais da rede de assistência social e saúde

¹⁰ Para as pessoas que nasceram ou residem na cidade há alguns anos. Geralmente pergunta-se “Quanto é o seu *pedido*?” O que equivale a perguntar se a pessoa faz uma compra toda para o mês inteiro

pelos quais a família circula e gastos com remédios ou doenças crônicas. O quarto *identificação da pessoa*, é composto por nome, nome dos pais, idade, sexo, cor e local de nascimento. O quinto *documentos*, é onde são colocados os números de RG, CPF, Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento, RANI e Título de eleitor. O sexto, *peças com deficiência*, é onde se coloca se a pessoa possui algum tipo de deficiência e quais são os cuidados necessários com esta pessoa portadora das mais diversas deficiências.

O Sétimo *escolaridade*, questiona sobre o nível de escolarização para quem já não estuda mais, e para os que ainda estão na escola pergunta sobre os dados atuais. O oitavo *trabalho e remuneração*, aceita informações sobre as fontes de renda da família, sendo considerados *bicos*, empregos com ou sem registro, trabalhos formais e informais. Além de registrar se a pessoa recebe algum outro benefício diferente do Bolsa Família, pensão alimentícia, aposentadoria ou auxílio financeiro de algum parente que não reside no mesmo domicílio.

O nono bloco, *responsável pela unidade familiar*, só é preenchido uma vez, e nele devem constar os telefones para contato. O décimo, *marcação livre para o município* pergunta sobre a existência de trabalho infantil naquela família. Diferente dos outros blocos, este deve ser preenchido sem que a família saiba que isto está sendo feito, as perguntas que chegam à existência ou não de trabalho infantil na família devem ser feitas de modo indireto.

Ao finalizar o cadastro, todos os membros da família recebem o seu NIS – número de identificação social. E este é o meio pelo qual estas pessoas são identificadas, no caso da familiar se tornar beneficiária de algum programa, é emitido um cartão magnético com o nome e o NIS em nome do responsável familiar. Além do NIS fica atrelado a ele o Código Familiar, código que permite que apareçam todas as pessoas que estão listadas como família, e os seus respectivos NIS.

Caracterização dos benefícios

incluindo itens da alimentação, higiene e produtos de limpeza, ou se é *picado*, ou seja, comprado de acordo com a demanda, semanalmente.

A seção a seguir, consistirá na apresentação dos principais programas sociais que requisitam aos seus atendidos que façam seu cadastramento na secretaria em questão. Gostaria de pontuar que muitos outros benefícios também estão atrelados ao cadastro, ou devem ser indicados durante o seu preenchimento. Porém, estes outros benefícios são geridos por outras instancias administrativas. Quando é necessário que os cadastros sejam completados com informações referentes a outros benefícios, são repassadas listas com os nomes das pessoas que devem ter seus cadastros alterados.

A apresentação destes benefícios aparece aqui por duas razões. A primeira delas, é para demonstrar a diversidade de situações e por meio desta diversidade a amplitude do banco de dados gerado por tal ferramenta, que tem a capacidade de abarcar cada vez mais, mais pessoas que vivem em situação de pobreza. Tornando este cadastramento uma marca, um selo bastante relevante nas vidas de tais pessoas.

A segunda razão, é que talvez seja menos importante de um modo geral. Porém em relação ao escopo analítico do texto faz com que seja coerente, é o fato de que por serem “consequências” do cadastro único, estes benefícios estão intimamente relacionados à figura do entrevistador, uma vez que este é parte constitutiva do dispositivo de assistência social. Tanto nos casos em que o cadastro precisa ser feito por completo, quanto naqueles em que é necessário apenas a redação de alguma declaração de que alguma família está na base de dados do sistema.

Apresentarei a seguir breves caracterizações dos seguintes benefícios/programas sociais: **bolsa família, renda cidadã, benefício de prestação continuada, restaurante popular, tarifa social, contribuição previdenciária de 5% do salário mínimo, isenção em concursos públicos, carta social e isenção no IPTU.** De todos os benefícios listados, o bolsa família é o mais abrangente, e é o único que é atribuído de modo compulsório, ou seja, famílias que por alguma razão recorrem ao cadastro e se enquadram no perfil de beneficiários passam a receber o benefício, mesmo que não queiram.

O bolsa família.

De acordo com o governo federal, o programa bolsa família é parte integrante do Fome Zero que se constitui com o objetivo de que todos os brasileiros façam, ao menos, três refeições ao dia. O PBF (Programa Bolsa Família) existe, então, para beneficiar

famílias que estão em condições de *pobreza e extrema pobreza*¹¹, o valor do benefício varia entre 32 e 306 reais. O que condiciona a distribuição destes valores é a configuração familiar e o valor da renda familiar *per capita*. Os objetivos são distribuir a renda, garantir acesso das famílias a direitos sociais para que num outro momento as famílias saiam da situação de vulnerabilidade.

Por meio de leis e decretos o governo federal foi ao longo dos anos reconfigurando algumas características do programa, por exemplo, o valor dos benefícios e os modos como estes são distribuídos. Em linhas gerais a proposta se mantém apenas se adequando a alterações nos valores de salários mínimos, ou critérios indicativos do que é, e do que não é pobreza. Outra característica do referido benefício, é o fato de a gestão ser descentralizada, ou seja, fica a cargo dos municípios gerir e fiscalizar aqueles que são beneficiários/candidatos do programa. De acordo com o site do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o acesso à lista de beneficiários é pública¹².

O CadÚnico¹³, Cadastro Único para Programas Sociais, é o meio pelo qual o governo federal obtém as informações necessárias para caracterizar e gerir a população, as informações contidas por conta deste cadastro podem ser utilizadas também pelos governos estaduais e municipais. É por meio dele que se classificam as famílias que estão em situação de *extrema pobreza* (possuem uma remuneração de até 70 reais/mês por integrante da família) ou de *pobreza* (remuneração de até 140 reais/mês por integrante da família). De acordo com o site do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome), atualmente há 19 milhões de famílias cadastradas. Os benefícios são distribuídos da seguinte forma:

Benefício Básico (R\$ 70, pagos apenas a famílias extremamente pobres, com renda per capita igual ou inferior a R\$ 70); Benefício Variável (R\$ 32, pagos pela existência na família de crianças de zero a 15 anos, gestantes e/ou nutrizes – limitado a cinco benefícios por família); Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ) (R\$ 38, pagos pela existência na família de jovens entre 16 e 17 anos – limitado

¹¹ Categorias definidas de acordo com critérios do governo federal.

¹² Em diversas tentativas, o acesso à tais informações não foi obtido *on-line*. Porém por meio de um telefone, é possível obter estas informações, porém unicamente sobre o seu próprio benefício.

¹³ Em outros trabalhos também aparece a denominação “CadU”.

a dois jovens por família); e Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE) (valor calculado caso a caso).

A identificação dos beneficiários é feita por meio de um cartão magnético, em nome do Responsável Familiar (RF), este cartão também serve para manutenção e uso do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) E do PIS (Programa de Integração Social). O manejo destas informações é feito pelos respectivos municípios através do SIBEC (Sistema de Benefícios ao Cidadão) , quando os mesmos possuem acesso eletrônico, quando não a gestão é feita por meio de ofícios ao MDS.

O modo pelo qual é realizada a manutenção ou suspensão do benefício é feito por meio do controle a partir de algumas *condicionalidades*. Estas condicionalidades são além de um compromisso assumido pelas famílias, uma forma de obrigar o estado a garantir o acesso aos meios para que tais condicionalidades sejam cumpridas. Elas são relativas à saúde¹⁴ , educação¹⁵ e assistência social¹⁶.

Renda cidadã

Criado em 2001, pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds), é um programa destinado a famílias que recebem até meio salário mínimo *per capita*. Realizado em parcerias entre o governo estadual e os governos municipais. A permanência neste programa de transferência de renda é de até 36 meses, sendo renovado a cada 12 meses, o valor do benefício é de 80 reais mensais.

Para selecionar os participantes, o programa conta com 7 critérios de seleção: Família com o Índice de Vulnerabilidade Social Familiar (IVSF) mais alto; Família com a menor renda per capita; Família chefiada por mulher; Maior número de crianças e adolescentes com idade inferior a 18 (dezoito) anos; Membro da família cumprindo medida socioeducativa; Família integrada por pessoa portadora de deficiência e/ ou

¹⁴ Na área de saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê. Retirado do site do MDS.

¹⁵ Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%.

¹⁶ Na área de assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo [Programa de Erradicação do Trabalho Infantil \(Peti\)](#), devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Peti e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal.

incapacitada para a vida independente e para o trabalho, ou idoso com mais de 60 (sessenta) anos; Família composta por pessoa egressa do sistema penitenciário ou em situação de privação de liberdade.

Além disso, possui 4 critérios de elegibilidade: Comprovar ou declarar renda mensal familiar per capita de até meio salário mínimo nacional; Apresentar comprovante ou declaração de endereço onde possa ser localizada; Quando houver presença de criança e adolescente com idade entre 6 (seis) e 15 (quinze) anos, deverá ser comprovada a matrícula e frequência no ensino fundamental, mediante documentação emitida por órgãos municipais, estaduais ou privados de educação; Quando houver presença de criança de até 6 (seis) anos, apresentar carteira de vacinação atualizada.

Restaurante popular

São unidades que fornecem alimentação e nutrição para a população de baixa renda, de acordo com o site do MDS, oferecem refeições balanceadas e equilibradas. As cidades que querem obter o apoio do ministério para a efetivação desta política devem se enquadrar em algumas condicionalidades como, por exemplo, possuir no mínimo 100 mil habitantes. Outro ponto importante é o de se localizar em regiões com fácil acesso e que contém com intensa circulação de pessoas, seu público alvo são os são trabalhadores formais e informais de baixa renda, desempregados, estudantes, aposentados, moradores de rua e famílias em situação de risco de insegurança alimentar e nutricional. Além disso, na outra ponta de ação, este programa visa capacitar profissionalizar pessoas e equipes a trabalharem nestes locais, disponibilizando cursos, treinamentos e etc.

Tarifa social

É o benefício destinado a famílias que recebem até meio salário mínimo *per capita* ao mês. Devem também estar inscritas no *cadastro*, o que lhes confere o direito de receber um desconto que varia entre 10% e 60%, proporcional a taxa de consumo das referidas famílias. Também podem ser beneficiárias famílias com renda mensal de até 3 salários mínimos que possuem pessoas em tratamento médico que exija o funcionamento de algum tipo de aparelho eletrônico regularmente. As famílias

atendidas pelo Benefício de Prestação Continuada ¹⁷(PBC), também podem requerer este benefício. As famílias indígenas e quilombolas incluídas no cadastro e que possuem uma determinada faixa de consumo, recebem isenção de 100%.

Isenção em concursos públicos

É necessária a requisição de uma declaração com o seu Número de Identificação Social¹⁸ e encaminhar ao setor responsável à aplicação do referido concurso, sendo este benefício válido apenas em concursos federais. As solicitações devem respeitar determinados prazos para serem aceitas, ficando a cargo do SISTAC Sistema de Isenção de Taxas de Concursos, criado pela Secretaria Nacional de Renda e de Cidadania (SENARC) a responsabilidade por validar/julgar os pedidos de isenção que possuem penas previstas por lei em casos de fraude.

Carta Social

Benefício que foi criado para atender a toda a população, desde que fossem respeitados os seguintes critérios, envio de no máximo 5 cartas ao dia, endereços do remetente e do destinatário grafados a mão e com o peso de no máximo 10 gramas por carta.

Benefício de Prestação Continuada

Consiste na remuneração de um salário mínimo para pessoas com 65 anos de idade ou mais, e também pessoas que possuem algum tipo de deficiência física ou intelectual que impossibilite que tais pessoas a possibilidade de conseguir seu próprio sustento através do trabalho. As famílias que recebem este benefício não são obrigadas a possuírem o Cadastro Único, porém, há uma recomendação do ministério para que tais famílias efetuem seus cadastros para que possa ser traçado um perfil mais completo a respeito das famílias beneficiárias.

Contribuição previdenciária

Estão aptas, ou aptos, a requisitarem este benefício donas de casa (preferencialmente) ou donos de casa que possuem o cadastro único e recebem algum benefício do governo federal. Ou então, que a renda familiar mensal não ultrapasse a

¹⁷ Ver adiante.

¹⁸ Número gerado ao completar o cadastro único.

quantia de dois salários mínimos. Preenchendo estes requisitos, as beneficiárias podem requerer junto ao INSS a contribuição referente a 5,5% do valor do salário mínimo ao mês para conseguirem suas aposentadorias. Este valor é a metade do valor da menor modalidade de contribuição vigente no momento, de autônomo. Mesmo contribuindo com metade do valor, as aposentadorias futuras receberão valores integrais em relação aos salários que estiverem sendo pagos no momento.

Isenção no IPTU

Para receber isenção no Imposto Predial e Territorial Urbano, é necessário que a família seja beneficiária de algum programa social, e portanto, deve possuir o cadastro único. Porém existem padrões de construção que variam da categoria A (mais cara) até F (mais barata). Para poder receber a isenção deste imposto ou ter reembolsado o mesmo, caso tenha sido pago durante o recebimento do benefício, este dinheiro tem de ser devolvido ao contribuinte. É necessário que a casa seja enquadrada nas categorias D, E ou F. Ficando excluídos os imóveis considerados A, B, ou C.

CAPITULO II

Até aqui, com algumas exceções o local apresentado não possui cores, cheiros, sons ou foi feita qualquer tipo de caracterização espacial, física ou sensorial de maneira mais aprofundada. Nesta capítulo pretendo desenvolver um pouco melhor este tipo de caracterização do ambiente. Que até então tem em muitos momentos parecido com algo no qual os pontos colocados acima não façam diferença no cotidiano do funcionamento da secretaria. Tentarei me ater aos cheiros das marmitas dos funcionários no horário de almoço, aos sons das crianças chorando ou correndo pela sala de espera, aos efeitos do sol e da chuva no fluxo de pessoas atendidas, apenas para enumerar algumas características que serão incorporadas aqui no segundo capítulo.

Esta parte do texto se constituirá pela narrativa/construção uma semana de trabalho na secretaria, e também, por alguma reflexão sobre uma das etapas do curso de formação de entrevistadores que ocorreu via teleconferência, simultaneamente em mais

de 50 municípios do estado de São Paulo e aqui no texto ocorrerá na mesma semana que os demais eventos narrados.

Fiz esta opção por considerar que assim o texto e a seleção das narrativas constitutivas deste capítulo fossem colocadas de acordo com uma certa ordem. Como veremos, em cada um dos dias da semana em questão, serão discutidos aspectos diferentes que aparecem juntos em um dia “real”. Devido a falta de capacidade do autor deste texto de torná-los inteligíveis da maneira como ocorrem, foi preciso que aparecessem desta maneira. “É quase desnecessário dizer que invenção não implica déficit de realidade. Mas esse quase faz da defesa desse ponto de vista algo imprescindível. Esses personagens foram formados a partir da reunião de várias falas coletadas em nossos trabalhos de campo, em momentos distintos de nossas pesquisas.” (BIONDI & MARQUES, p.42, 2010). Por meio deste artifício, a própria organização dos dias “inventados” passam a ser os responsáveis pela organização do texto.

Segunda-feira

-Tem que usar a gente, aqui é a cara do povo. Diz uma das funcionárias para uma das assistentes sociais que atuam pela cidade. Mas que cara é essa? Que povo é esse de que se está falando? Imediatamente comecei a pensar sobre o modo como a preparação é feita. Ao chegar em casa, consultei o “manual do entrevistador” e lá estava. Logo na segunda página do material, acima da inscrição “ Cadastro único para programas sociais”. Uma família de negros, composta por uma mãe, três meninos e uma menina, posando para uma foto numa rua, ao lado de um grande terreno cheio de terra. Ao fundo, várias casinhas todas da mesma cor, forma e tamanho. Algumas páginas a frente, outra família. Todos pretos, marido, mulher um filho e uma filha. Posando ao lado de uma janela, ao lado a inscrição. “Recomenda-se a coleta de dados por meio de visitas domiciliares para que seja possível verificar, *in loco*, as condições socioeconômicas da família. Mais algumas páginas e outra vez, cenário semelhante as fotos anteriores.

Avançando um pouco no manual, vemos uma foto de pastas com etiquetas em um primeiro plano, e ao fundo meio desfocada está uma mulher branca em uma mesa de escritório com papéis, computador, canetas e etc. Tudo limpo e organizado, a inscrição ao lado diz, “A qualidade do registro das informações coletadas na entrevista depende fundamentalmente, do correto preenchimento dos formulários do CadÚnico”.

Até que na abertura do capítulo anterior, há o encontro entre a entrevistadora branca, sentada atrás de uma bancada. A sua frente, duas mulheres de “roupa humilde” e “pele escura” uma delas com um bebe no colo. Abaixo da foto a inscrição, “Como preencher os formulários”. Chamo a próxima pessoa, entra Rosa, com cheiro de água sanitária e calos nas mãos. Faxineira, mãe de 3 filhos, cada um de um pai diferente, nunca tinha feito o cadastro, explico que demora de 3 a 6 meses para o benefício ser concedido. Digo também que caso necessite de algo mais urgente, para procurar a assistente social responsável pela região na qual ela mora, para pegar algum outro benefício que tem prazos de liberação menores, além de cesta básica ou fraldas, etc.

Atendi mais algumas pessoas, e sai para almoçar com o pessoal. Uma horinha de almoço, a pauta do dia, *pô a gente só atende mulher feia*¹⁹. Voltando do almoço passando pela sala de espera e observando as pessoas que ali estavam, me veio a cabeça um trecho de “A fórmula mágica da paz” do grupo de rap, Racionais MC’s. “E durante uma meia hora olhei um por um e o que todas as senhoras tinham em comum: a roupa humilde, a pele escura, o rosto abatido pela vida dura.” De fato, o quadro formado com estas configurações não é nada bonito.

Enfim, na volta pra casa, conversando com uma colega de cadastro ainda sobre a “feitura” ela diz, ah, mas é normal isso. *Pobre é tudo igual* e completa, minha vô sempre dizia que *não existe mulher feia, existe mulher pobre*. Voltemos ao manual. Nas casas iguais está presente o que tanto dizem: pobre é tudo igual. A questão racial também está lá, pessoas de pele clara atendendo os pobres que são todos iguais e de pele escura sendo atendidas. Além disso, no manual a maior parte das famílias é chefiada por mulheres, e não há nenhuma foto de famílias que não apresente nenhuma, sendo só o pai e os filhos.

Via de regra, os programas sociais de transferência de renda são direcionados a mulheres, sendo a mulher entendida como a cuidadora, a responsável pela criação/manutenção da família, sobre este ponto, as autoras MARIANO & CARLOTO, comentam, “Os programas brasileiros de transferência condicionada de renda veem as mulheres como foco prioritário, e até objeto, de suas intervenções com vistas ao combate à pobreza. A mulher, a partir de seus papéis na esfera doméstica ou de

¹⁹ No cotidiano, este tipo de comentário é muito comum entre todos os cadastradores e cadastradoras. Porém a significação deste tipo de fala no sentido que aparece no texto, se deu apenas durante o processo de análise do material pelo “eu-pesquisador”

reprodução, tem sido, portanto, a interlocutora principal dessas ações, tanto como titular do benefício quanto no cumprimento das condicionalidades impostas.”(P.901). Fazendo com que este mesmo processo que por um lado, dá um pouco de “autonomia” financeira àquelas mulheres que necessitam, de outro lado, perpetuam marcações sociais típicas, definindo estas “identidades” destas mulheres, enquanto donas de casa responsáveis pela organização familiar.

Terça-feira

Hoje eu só trampo à tarde, vem menos gente, mas o tempo não passa. Chego um pouco mais de uma da tarde, atravesso o portão, passo pelo apertado estacionamento, ali ficam as peruas e carros que são utilizados para fazer visitas, transportes de pessoas e em casos de emergência até mudanças inteiras de famílias que estão ocupando irregularmente algumas casas. Entro, passo pela sala de recepção, as cadeiras de espera todas lotadas.

Passo pela porta de entrada da sala dos atendimentos composta por quatro baias de escritório, um cofre atrás destas baias em um dos cantos da sala, ele vai do chão até o teto e está cheio com os cadastros arquivados, é uma exigência do governo federal que uma parcela dos cadastros seja preservada por questões administrativas, ou fraudes. Sento na minha baia, e chamo a primeira pessoa.

E logo de cara tenho de atender alguém que está tendo problemas com cadastramento. Chegou dizendo que é a terceira vez que vai atualizar o cadastro, que é uma falta de respeito ficar 11 meses sem receber o benefício. Pra complicar ainda mais a situação, no momento em que vou checar as informações no sistema percebo que está fora do ar. *Ótimo*, pensei ironicamente. *Senhora, o sistema está fora do ar, às vezes entra em manutenção e é meio imprevisível. Pode voltar daqui 5 minutos, uma hora ou só amanhã.* Peguei um papel, anotei as informações e disse que ligaria pra ela assim que o sistema voltasse à normalidade. Minha interlocutora exclama *Você me liga mesmo? Porque aí eu já perco as esperanças.* E saiu.

Tá calor pra caralho, hein pessoal. Apenas um ventilador no teto, sala com apenas uma porta de metal, aquelas de duas folhas e pequenas janelas laterais. E uma quantidade de aproximadamente 140 atendimentos diários faz o ambiente ficar um tanto

quanto quente e com aquela sensação de que parece estar faltando ar para todos. Levanto para pegar um copo d'água.

Próximo atendimento, casal de jovens, ambos com 20 anos. Foram lá para fazerem o cadastro pela primeira vez. Ao incluir os números de seus documentos o sistema acusou de que eles já estavam cadastrados. Eram beneficiários de um programa de habitação e, portanto, o cadastro já tinha sido efetuado, mesmo sem que eles soubessem, durante a requisição da casa onde eles moram. Tudo tranquilo única coisa a ressaltar foi um comentário sobre a escola do filho que quando frequentava uma ONG foi agredido por um dos educadores, *prefeitura é bem melhor, bem melhor do que ONG.*

Dona Maria, a próxima atendida, nasceu no Piauí, e em 1988 estava morando em Bertioga, onde teve seu primeiro filho, alguns anos mais tarde se mudou para a mais conhecida periferia da cidade, onde teve seu filho mais novo. No ano anterior tinha se separado de seu último companheiro. Fiz este pequeno resumo da vida dela para ela, que com olhar de espanto retrucou *Esse negocio de computador... Nem perguntou nada, sabe tudo. Os nome dos filho, tudo. Certo...*

O movimento estava grande, mas por sorte, lá pelas 15h 40min começa a chover forte e a quantidade de pessoas cai praticamente para nenhuma. Só depois de quase uma hora de chuva é que voltam a chegar mais pessoas para serem atendidas. Já no final da tarde, meu último atendimento do dia, chega com uma guia de encaminhamento de uma das assistentes sociais. *A usuária precisa renovar o cadastro único, pois a renda per capita ultrapassou para inclusão no bolsa família.* Algumas vezes, após atualizações a renda da família fica superior ao limite, por algum bico que gerou algum rendimento maior no período, porque é maior mesmo, ou por erro do entrevistador. Em alguns casos vem este tipo de encaminhamento pedindo para que o cadastro seja arrumado. Devido a um maior conhecimento da situação familiar pelas assistentes, que possuem um contato mais constante e direto. Porém para fazer a atualização é necessário a apresentação de documentos de todos os membros da família, o que não era o caso. Tive de explicar a situação e ver a senhora ir para casa reclamando da ineficiência da rede de assistência social.

Quarta-feira

*Os documentos de todo mundo da casa, por favor?*²⁰ - *Criança também conta?* Eu pergunto de volta *Criança também é gente?* -*Ah, então acho que conta, né?* E assim começou mais uma entrevista. Diálogos semelhantes a este colocado acima aconteceram diversas vezes. Bom, no caso do cotidiano na secretaria, as crianças contam bastante. Seja gritando na salinha de espera, interrompendo a entrevista por pedidos de mamar ou simplesmente sorrindo ao partir.

Apesar de tudo isso ser importante, abordarei a pergunta “Criança também conta?” A partir das próprias regras de concessão do Programa Bolsa Família²¹ e também do ponto de vista da própria constituição da antropologia em relação à constituição dos sujeitos pesquisados, no caso, as crianças²². Como colocado no primeiro capítulo deste texto, o valor do benefício pode variar entre 32 e 306 reais. A depender da renda per capita e da quantidade de crianças na família. Famílias que não possuem crianças ou adolescentes só podem receber 70 reais mensais:

Das condições que as famílias tem que preencher para receber o benefício, temos a criança, quando cadastrada, fazendo parte de todas elas. Ir à escola e ao posto de saúde é o ponto chave das crianças para o recebimento do benefício. A frequência de 85% nas aulas e o cartão de vacinação em dia são requisitos para a garantia do benefício. E isso entra como uma tentativa de quebra do ciclo geracional da pobreza, que é o grande objetivo do Programa Bolsa Família. (JARDIM, P.41, 2010).

Entre as duas diretrizes propostas por este programa, minimizar a fome e garantir o acesso a bens e direitos a figura da criança aparece como central nas duas. Pois é muito comum que as mães utilizem o dinheiro deste benefício exclusivamente para suprir necessidades das crianças. Além disso, os cuidados de saúde e da educação das crianças exigidos pelo programa fazem com que tenha de haver vagas em escolas e postos de saúde para a população.

²⁰ Aqui, claramente estou falando enquanto um gestor, querendo apenas que o procedimento de cadastro prossiga, para que outras pessoas sejam atendidas. Já em minha próxima pergunta, “criança também é gente? O interesse para que a entrevista prosseguisse não era o único objetivo. A motivação desta pergunta foi a recorrência de situações nas quais me fora perguntado se crianças também deveriam ter seus documentos verificados.

²¹ A criança como o sujeito considerado mais importante dentro de uma política de ordenamento estrutural de uma sociedade que busca minimizar os índices de pobreza, o analfabetismo, a mortalidade infantil, e aumentar a distribuição de renda no país. (JARDIM, p.38, 2010)

²² ‘portanto, ao invés de receptáculos de papéis e funções, os indivíduos passam a ser visto como atores sociais’ (Cohn, 2005: 20)

Quinta-feira

Logo cedo, muita expectativa, todo mundo queria ver os moradores de rua que iriam ser cadastrados. No dia anterior, o aviso, *Amanhã vocês vão cadastrar uns moradores de rua da cidade, tem até uma travesti que é o maior barato*. Passa uma hora, duas horas e nada. Até que eles começam a chegar junto com o pessoal do CREAS (Centro de Referencia Especializada e Assistência Social).

Uma das entrevistadoras ficou só para atendê-los e o resto de nós continuou com a população de sempre. Logo no primeiro, *Como que é morador de rua? Onde eu cadastro?* Pois existe um formulário específico para o preenchimento de pessoas em situação de rua que nunca havia sido utilizado por nenhum de nós. Depois de algumas tentativas, tudo aparentemente deu certo²³.

Enquanto isso, eu estava seguindo a rotina de atendimentos, até que começo a ouvir uma voz exaltada na baia ao lado. Era uma senhora um tanto quanto irritada, falando que já tinha ido inúmeras vezes em CRAS, Caixa Econômica Federal, sede do cadastro único e nada. Por fim, levantou, jogou seu cartão sobre a mesa *Eu não preciso disso aqui nem pra viver e muito menos pra criar meus filhos*. E foi embora.

Após alguns atendimentos dos moradores, por volta das 11h da manhã chega a notícia de que uma das mulheres companheira de rua morrerá naquele dia. E que, portanto, eles iriam se deslocar para o velório. Mais para o final da tarde parece que algum dos campos do formulário exclusivo para pessoas em situação de rua tinha ficado sem o devido preenchimento. *Tem que por. Eu tenho que fazer esses caras aparecerem no meu relatório*²⁴. Alguns minutos depois chega de novo a perua do CREAS com os moradores para regularizar a situação do cadastro. Tudo feito e todos se enquadrando nas condicionalidades para receber o bolsa família.

Vamos fechar a lojinha? Pergunta um dos estagiários, às 17h de mais um longo e cansativo dia que teve inicio poucos minutos antes das 8h da manhã, quando iam chegando os primeiros *clientes*.

²³ Todos possuíam todos os documentos e com datas de emissão muito recente, provavelmente, eles foram tirados pelo pessoal do CREAS.

²⁴ Esta fala se justifica pois há diretrizes governamentais exclusivas para esta população, de acordo com o manual : “Seguindo as diretrizes do texto da Política nacional para a População em Situação de Rua, a ação de cadastramento objetiva contribuir

Sexta- feira

Com o tempo, vocês vão adquirindo olho clínico. O curso para a aplicação do “formulário suplementar 2” ocorrera através de uma videoconferência. Em mais de 50 cidades ao mesmo tempo. Antes de iniciar o curso, algumas informações foram passadas, por exemplo, no ano de 2010 aqui no estado de São Paulo, havia 1500 entrevistadores habilitados, em 2011 este número passou para 3000.

O curso se iniciou com um vídeo, chamado “Aprisionados por promessa”²⁵ de 16 minutos que narra história de pessoas em situação de trabalho análogo ao trabalho escravo. De acordo com o vídeo, cerca de 8 mil pessoas por ano são descobertas neste tipo de situação em diversas regiões do país. E ao lado de quilombolas e indígenas, as pessoas que foram submetidas à situação de trabalho análogo ao escravo são prioridades para o governo federal conceder os benefícios. De acordo com as coordenadoras do curso, a função do cadastro único é *reintegrar essas pessoas à sociedade*. Dando a certeza, a quem estava assistindo ao curso de que estas populações estavam vivendo de uma maneira da qual deveriam ser salvas, no caso dos indígenas e quilombolas, salvos de si mesmos.

A seguir foram apresentados outros grupos que possuem peculiaridades e direitos específicos reconhecidos pelo estado por conta de seus modos de vida ou por conta de fatores circunstanciais. Cada um dos grupos que listarei agora, possui benefícios condizentes (de acordo com o Estado) com a situação à qual estão inseridos. Os grupos são ciganos, famílias que sobrevivem de atividades extrativistas, pescadores artesanais, famílias pertencentes à comunidades de terreiros, famílias ribeirinhas, agricultores familiares, famílias assentadas, famílias atingidas por empreendimentos de infraestrutura, famílias de presos do sistema carcerário e famílias de catadores de lixo.

Para cada um dos grupos levantados acima, há parcerias e convênios específicos do Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social. E todas estas famílias devem estar com os seus cadastros, NIS e Códigos Familiares permanentemente ativos, ou seja, não podem passar mais do que 24 meses sem comparecem nos postos de cadastramento. A recomendação é sempre buscar estratégias para que o cadastro chegue até a população, literalmente, os cadastradores devem ir onde os “problemas” estão. Para,

²⁵ <<http://www.youtube.com/watch?v=bjgMzAUbEn8>>

como foi dito acima, do ponto de vista do estado, promover a integração e o desenvolvimento do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pequena monografia, discutimos no primeiro capítulo questões relativas aos modos como a gestão estatal pode ser interpretada, sobretudo, em relação a políticas de transferência de renda. Que ao mesmo tempo em que atenuam, fazem com que persistam situações de pobreza e miséria. Ligamos este argumento ao processo de “acalmar o otário” sendo o estado o principal protagonista nesta história. Ao discutir *polícia e política*, a argumentação mudou um pouco de estatuto, passando para a compreensão de que há diferentes formas de *partilhar o mundo sensível*.

O que é levado ao limite quando colocado em termos de que o estado, não é necessariamente a origem ou a causa dos problemas discutidos. A emergência e permanência da instituição estatal, é mais um dos possíveis efeitos de algum tipo de conflito que está dado desde um período anterior a emergência do estado.

Ainda no primeiro capítulo, foram rapidamente comentados os programas de assistência social acionados com maior frequência no município em questão, no local onde foi realizada a pesquisa. Após ver a abrangência e multiplicidade de situações nas quais o Cadastro Único é aplicado, me parece que as questões anteriores passam a fazer mais sentido, e a forma como se constitui o estado também contemporaneamente, também.

No segundo capítulo, foi possível observar um outro conjunto de questões proporcionadas mais pela reflexão provocada pelo trabalho de campo e do contato com meus interlocutores, do que referenciado em discussões teóricas. Neste segundo capítulo, tentei explorar melhor a duplicidade de posições ocupada por mim no decorrer da pesquisa e do estágio.

Por fim, gostaria de salientar que tanto as concepções mais teóricas levantadas no primeiro capítulo, quanto as outras interpretações a cerca do estado demonstradas pelos *clientes* no segundo capítulo possuem algum tipo de relevância nas ações

cotidianas²⁶. E que ambas estão ordenando de alguma forma as ações dos pesquisadores, entrevistadores e beneficiários de programas sociais.

²⁶ .“Sabemos, entretanto, e isto é uma lição da própria antropologia, que concepções imaginárias (mas todas o são) produzem efeitos reais (e todos o são).” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p.316).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIONDI, Karina. 2010. Junto e misturado: uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome.

_____ & MARQUES, Adalton. Memória e historicidade em dois “Comandos” prisionais. *Lua Nova*, São Paulo, 79: 39-70, 2010

BOURDIEU, Pierre, “Gostos de Classe e Estilos de Vida” in: ORTIZ, Renato (org.) *Grandes Cientistas Sociais - Bourdieu*, São Paulo, Ática, 1983

CLASTRES.P. *A Sociedade Contra o Estado*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. *Etnografías comparadas. Cuadernos de Antropología Social* N° 27, pp. 19–52, 2008.

DE LUCCA, D. *A Rua em Movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua*, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação do Departamento de Antropologia Social – FFLCH .

FELTRAN, G. S. Introdução. *Lua Nova Revista de Cultura e Política*. v.79. São Paulo, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Soberania e disciplina*. In. *Microfísica do Poder; organização e tradução de Roberto Machado*, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOFFMAN, E. Acalmando o Otário. *Revista Plural*, n.16, 2010.

HIRATA, Daniel Veloso. *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. Tese de Doutorado em Sociologia (FFLCH/USP), 2010.

ROSA, Thaís Troncon. *Favelas, Periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias*. 33º Encontro Anual da Anpocs, 2009.

_____. *Fronteiras em disputa na produção do espaço urbano: a trajetória do 'Gonzaga' de favela a bairro de periferia*. Dissertação (mestrado em História). IFCH - UNICAMP, Campinas, 2008.

Viveiros de Castro, E. B. 2002. O conceito de sociedade em antropologia. In *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, pp. 295-316.

Weber, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1989 .pp.55-64.

_____ *Economia e Sociedade. Fundamentos da Sociologia compreensiva*.
Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. pp.30-35.